

**AO JUÍZO DO Xº JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E
FAMILIAR CONTRA A MULHER DE XXXXXXXXXXXXX**

Número do processo: **XXXXXXXXXXXX**

Fulano de tal, já qualificado nos autos do processo em epígrafe, vem, por meio da Defensoria Pública do xxxxx, nos termos do § 3º do art. 403 do Código de Processo Penal, apresentar

ALEGAÇÕES FINAIS

em forma de memoriais, aduzindo, para tanto, o que segue.

1 DA SÍNTESE FÁTICA PROCESSUAL

O Ministério Público ofereceu denúncia contra o acusado, imputando-lhe a prática do delito tipificado no art. 21 da Lei de Contravenções Penais, combinado com art. 5º, inciso III, da Lei 11.340/06.

Segundo a inicial acusatória, no dia 31 de outubro de 2021, entre 4 horas e 4h30min., na Chácara xx, Quadra xx, conjunto xx, casa x-x, Setor xxxx, x/x, o denunciado, de maneira livre, voluntária e consciente, valendo-se das relações domésticas, praticou vias de fato contra sua companheira, Sra. Tal (ID xxxx).

A denúncia foi recebida em 16 de dezembro de 2021 (ID xxxxx).

O acusado foi citado (ID xxxxx) e apresentada resposta à acusação pela Defensoria Pública (ID xxxxx).

Em audiência realizada em 18/10/2022, foram ouvidos a vítima, fulana de tal, a testemunha fulana de tal, bem como interrogado o réu (ID xxxxx).

O Ministério Público ofereceu alegações finais, pela improcedência da pretensão punitiva (ID xxxxxxxxxxxx).

É o relato necessário.

2MÉRITO

2.1 DA ABSOLVIÇÃO POR INSUFICIÊNCIA DE PROVAS

A pretensão punitiva estatal não merece prosperar.

O que se tem, produzido sob o crivo do contraditório e da ampla defesa, é apenas a palavra da vítima, que afirma ter sido empurrada pelo réu após uma discussão. Todavia, a testemunha/informante, que é madrinha da vítima, não confirmou a versão apresentada por ela, aduzindo que não lembra de Antônio empurrando Priscila.

O réu, por sua vez, optou por ficar em silêncio em juízo.

Embora não se desconheça que o depoimento da vítima possui valoração especial nos crimes referentes à violência doméstica, é incontestado a necessidade de um suporte probatório mínimo a corroborar sua versão para que não se distancie da Justiça. Nesse sentido, oportuna a colação do seguinte julgado do Egrégio Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, *in verbis*:

APELAÇÃO CRIMINAL. DIREITO PENAL. AMEAÇA. AUSÊNCIA DE MATERIALIDADE. INSUFICIÊNCIA PROBATÓRIA. PRINCÍPIO IN DUBIO PRO REO. PALAVRA DA VÍTIMA ISOLADA. ABSOLVIÇÃO MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. 1. **Apesar de a palavra da vítima ter especial relevância nos crimes praticados no âmbito de violência doméstica e familiar contra a mulher, é indispensável que sua narração seja coesa e segura, bem como deve encontrar respaldo em outras provas dos autos, o que não ocorre no caso concreto.** 2. **Ao término da instrução não restaram satisfatoriamente carreados ao feito os elementos fáticos necessários a sustentar uma decisão condenatória, afigurando-se imperiosa e oportuna a adoção do princípio que assegura ao acusado o "benefício da dúvida", consubstanciado no Princípio In dubio pro reo.** 3. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. (Acórdão 1614821, 07049855920208070014,

Relator: ROBSON BARBOSA

-DE AZEVEDO, 2ª Turma Criminal, data de julgamento:
8/9/2022, publicado no PJe: 24/9/2022. Pág.: Sem Página
Cadastrada.) Grifou-se.

Portanto, deve ser observado que não foram angariados elementos probatórios suficientes a demonstrar que, na data apontada na denúncia, o réu teria agredido praticado vias de fato contra a vítima.

Sabe-se que a condenação criminal, em atenção ao princípio da não culpabilidade ou do estado de inocência, pressupõe a existência de um conjunto de provas incontestas acerca da materialidade e autoria delitivas, o que, definitivamente, não se logrou coligir nos presentes autos.

A propósito, elucida o ilustre Professor Paulo Rangel:

Portanto, estando o juiz diante de prova para condenar, mas não sendo esta suficiente, fazendo restar a dúvida, surgem dois caminhos: condenar o acusado, correndo o risco de se cometer uma injustiça, ou absolvê-lo, correndo o risco de se colocar nas ruas, em pleno convívio com a sociedade, um culpado. A melhor solução será, indiscutivelmente, absolver o acusado, mesmo que correndo o risco de se colocar um culpado nas ruas, pois, antes um culpado nas ruas do que um inocente na cadeia. (Direito Processual Penal, 27ª edição, Atlas, 2019).

Portanto, existindo conflito entre o “jus puniendi” do Estado e “jus libertatis” do acusado, a balança deverá inclinar-se em favor deste último, fazendo prevalecer o princípio do “favor rei”, sendo certo que tal postulado se encontra na regra do art. 386, VII, do Código de Processo Penal, que impõe a absolvição quando for a prova insuficiente.

3DOS PEDIDOS

Pelos argumentos expostos, requer-se:

a)A absolvição do réu, com fundamento no art. 386, inciso VII, do Código de Processo

Penal;

b)Em caso de condenação, a fixação da pena no mínimo legal, uma vez que inexistem

circunstâncias que justifiquem a exasperação da reprimenda.

FULANA DE
TAL
Defensora
Pública